

Ciência, Tecnologia & Inovação

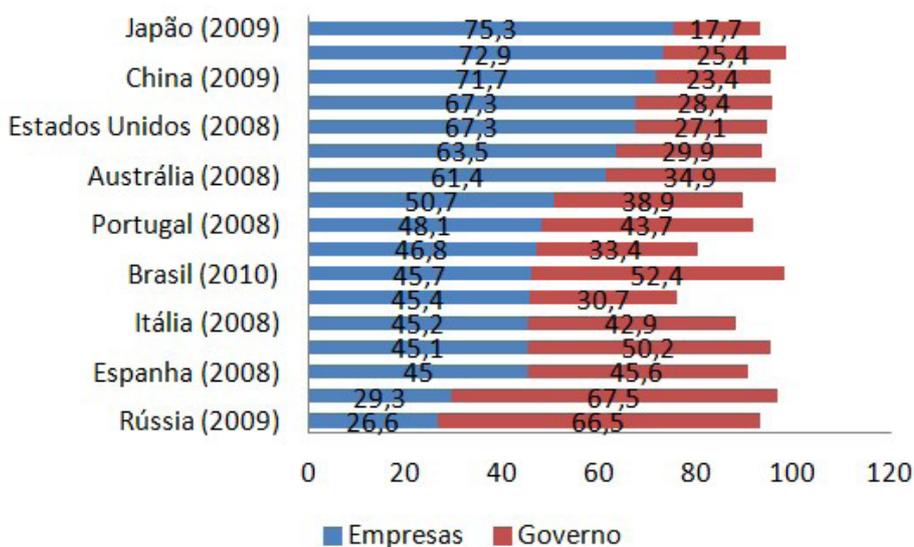
Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) são fundamentais para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país. Dentre as três, a inovação é aquela que possui valor de mercado, e que traz ganhos reais à competitividade das empresas, afetando a geração de emprego e renda e a sustentabilidade do crescimento econômico no curto/médio prazo.

Na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI – 2012/2015), aprovada em 2011, o governo brasileiro expressamente reconheceu a necessidade de se conferir prioridade à C, T & I, considerando o investimento nessas áreas como o eixo estruturante do desenvolvimento do país.

Para o Brasil, uma política industrial com foco na inovação ainda é um fenômeno recente, que remonta ao surgimento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004. Por essa razão, muitos dos mecanismos de fomento à inovação ainda estão em processo de consolidação e ajuste, o que contribuiu para que o volume de investimento público em **pesquisa e desenvolvimento** seja mais expressivo que o privado, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos.

O termo “Pesquisa e Desenvolvimento” é utilizado para excluir do conceito de “Ciência e Tecnologia” ações correlatas à ciência, de cunho administrativo. Assim, a C & T é mais ampla e engloba a P & D.

Gráfico 1. Contribuição dos setores Governo e Empresas para os dispêndios nacionais em P & D, em %



Fonte: ENCTI 2012-2015/MCTI.

O Brasil apresentou, ao longo dos últimos anos, crescimento contínuo, tanto do dispêndio nacional quanto do empresarial. Entretanto, com o ritmo presente, seriam necessários vinte anos para o país alcançar o nível médio atual de investimentos empresariais dos países desenvolvidos.

Em relação ao PIB de 2010, o dispêndio nacional em P & D registrou a marca de 1,16%, sendo 0,61% de dispêndios públicos e 0,55% de dispêndios empresariais. A ENCTI projeta como meta para 2014 que o dispêndio nacional em P & D alcance 1,8% do PIB, e o empresarial 0,9%. Em termos absolutos, este último percentual corresponde a cerca de R\$ 40 bilhões de investimentos empresariais anuais.

Novas ações da política de C, T & I para contribuir ao atingimento dessas metas:

A tipificação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) como instituição financeira e o aumento dos recursos disponíveis para essa agência para a concessão de crédito;

A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), para fomentar escalonamentos, provas de conceito ou plantas de demonstração, por meio do compartilhamento de riscos com centros de pesquisa e o setor privado;

A criação do Programa Ciência Sem Fronteiras, para facilitar o contato entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros e promover o acesso de nacionais ao que de mais inovativo está sendo produzido;

A implantação da Plataforma Aquarius, para modificar o alcance e o aprofundamento do acompanhamento e da avaliação das políticas públicas em C, T & I.

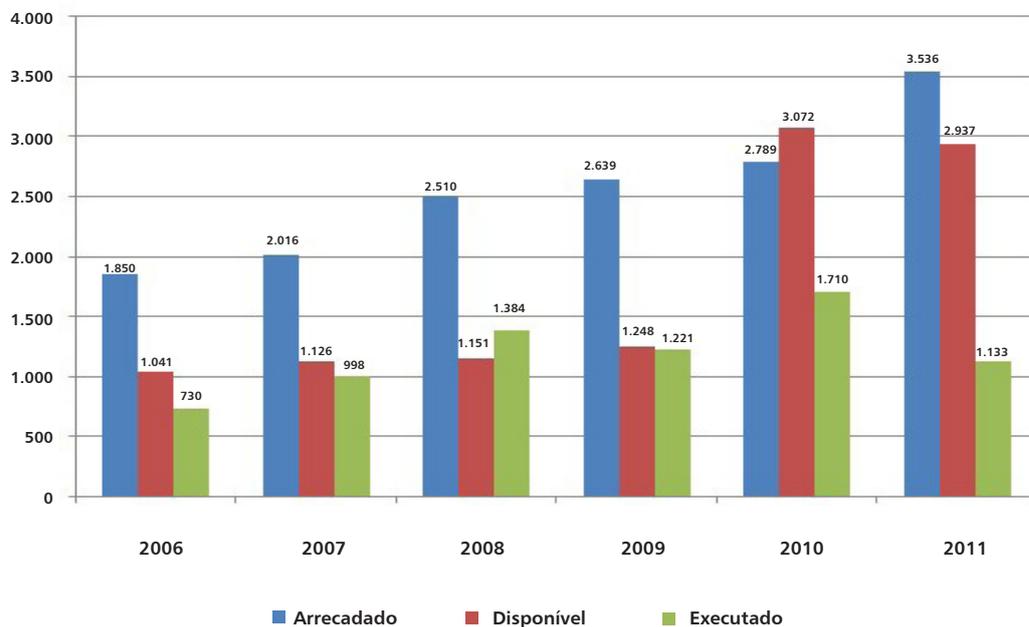
No período de 2006 a 2011, o saldo acumulado de recursos arrecadados pelos fundos setoriais integrantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foi de aproximadamente R\$ 5 bilhões, os quais, somados ao montante do período anterior (1999-2005), elevaram o saldo a R\$ 9,38 bilhões.

O saldo financeiro acumulado do FNDCT, disponível atualmente, é de aproximadamente 2,9 bilhões de reais.

Esse acúmulo de saldos resultou em um ambiente favorável para desvinculações que permitiram o uso de cerca de R\$ 6,5 bilhões dos recursos dos fundos setoriais para amortização de dívida pública e para cobertura de despesas primárias obrigatórias nos exercícios de 2002, 2003, 2008 e 2010. Em decorrência das desvinculações, o saldo financeiro acumulado do FNDCT, disponível atualmente, é de R\$ 2,9 bilhões.

Em relação à dinâmica orçamentária, observou-se, no final do ano de 2011, o mais baixo nível de execução no período analisado (38%).

Gráfico 2. Comparação entre montantes arrecadados, disponíveis e executados



Fontes: MCTI/ASCAP e Demonstrativo de arrecadação, orçamento e execução dos fundos setoriais elaborado pela ASCAP/MCTI.

Além da questão dos investimentos, a efetividade da política de inovação depende de sua integração com a política industrial. Contudo, verificou-se a necessidade de coordenação entre ações dos ministérios responsáveis pelas áreas, MCTI e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), respectivamente, que devem se esforçar para elaborar planejamento conjunto de longo prazo para as políticas de C, T & I.